

REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS: disputas narrativas pelas estórias

Antonio Sebastião da Silva¹
Luiz Gonzaga Motta²

Resumo

O objetivo deste texto é entender como os meios de comunicação constroem a sua narrativa, de modo a debater a formação de uma matriz discursiva, mesmo considerando que há uma disputa pela construção pública da história, entre reconhecidos meios de comunicação, defendem sua ideologia política. Portanto, cada narrador midiático torna-se responsável pela ordem discursiva em conformidade com os interesses dos grupos que pertencem. O recorte deste trabalho é a Operação Monte Carlo, que envolve significativamente autoridades políticas brasileiras, resultando-se em mais um escândalo que sensibiliza mídia e sociedade. A pergunta norteadora da pesquisa é: como narrativamente as revistas analisadas, Veja, Carta Capital e Época, organizam seus personagens para a formação de sua trama, com vistas ao seu enredo. Posteriormente, comparativamente, dispor os posicionamentos definidores de suas estórias, que servem como construtora da realidade política e social.

Palavras-chave: Narrativa. Discurso. Estória. Política. Realidade.

Abstract

The objective of this text is to understand how the media construct their narrative, in order to discuss the formation of a discursive matrix, even considering that there is a dispute by the construction of public history, between recognized means of communication, they defend their political ideology. Therefore, each narrator media becomes responsible for discursive order in accordance with the interests of the groups which they belong. The snip of this work is the Operation Monte Carlo, which involves significantly authorities brazilian policies, resulting in more of a scandal that call attention among media and society. The guiding question of this research is: as narratively the analyzed magazines, Veja, Carta Capital and Época, organize their characters for the formation of their intrigue, with views to its plot. Subsequently, in

¹ Jornalista, professor, mestre pela PUC/SP e doutorando pela Universidade de Brasília – UnB.

² Jornalista, doutor em comunicação pela University of Wisconsin, professor titular da Universidade de Brasília – UnB.

comparison, have the positions defining their stories, which serve as builder of political and social reality.

Keywords: Narrative. Discourse. Story. Policy. Reality.

No mundo da comunicação sempre surge à dúvida de onde os indivíduos buscam o conhecimento para organizar suas relações na sociedade, de maneira que possam ser participativos e pertencentes aos grupos sociais. Certamente, a sua cultura se relaciona com as informações que obtém cotidianamente. Neste sentido, a imprensa, como tecnologia para informar, ganha notoriedade, devida sua capacidade de atingir grande número de audiência e formar opinião para os assuntos agendados diariamente.

Conforme analisa Thompson “o desenvolvimento dos meios de comunicação modificou o sentido de pertencimento dos indivíduos – isto é, a compreensão dos grupos e das comunidades a que eles sentem pertencer” (1998, p. 39).

Desta maneira, nos chamados tempos pós-modernos, com a dispersão dos fatos e necessidade de organizá-los para conhecimento da sociedade, torna-se inevitável a dúvida sobre o posicionamento dos meios de comunicação para dar fluxo às notícias, as quais em essência, sendo narradas cotidianamente, formariam a base para o entendimento da realidade, relacionando indivíduo e sociedade.

Como afirma Robert Park vivemos num “presente especioso”, pois “é indicado pelo fato de ser a notícia [...] mercadoria sumamente precíval. [...] Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em História” (PARK, s/d, p. 175).

Portanto, uma questão que merece luz nos tempos das mediações é a representação definida pela mídia nas narrativas, sobretudo, no campo político, ainda mais em tempo de debates sobre organização (ou instabilidade) dos grupos hegemônicos. O papel do narrador na definição da sua estória ganha importância para entender a organização social. Entretanto, é preciso compreender o discurso das mídias, que está relacionado com ordenação de seus personagens na trama, na defesa de ideologia e status quo.

Afinal, como os diferentes meios de comunicação compõem suas narrativas de disputas de poder político para conhecimento público, estabelecendo determinada

ordem discursiva, atuando de maneira eficaz na construção de enunciado para concepção da realidade social? Nesta perspectiva, de maneira pontual, como são estrategicamente ordenadas às intrigas e conflitos entre personagens protagonistas e antagonistas para formação de estórias³, com vistas ao discurso preconizado (hegemônico)? Embora paradoxal, neste instante, reflui outra problemática: há uma matriz discursiva que perpassa o sistema informativo midiático brasileiro?

Assim, com efeito, o objetivo é entender como os meios de comunicação organizam sua tessitura dos acontecimentos⁴, com inserção na cultura e organização social para a ordem política do país. Para tanto, este texto se propõe analisar três revistas semanais, entre as mais lidas no Brasil, para conhecer o posicionamento em seus enunciados, a partir de suas narrativas, para se chegar aos seus discursos políticos; e comparativamente à relação discursiva entre os semanários ideologicamente organizados. Em essência, o que se propõe aqui é o de compreender como as revistas constroem seus discursos e representações narrativas, a manipulação de seus personagens na tessitura da estória, observando suas *diferenças* e *similaridades*, para a construção da realidade social.

Como objeto de análise foi escolhido à cobertura jornalística da operação deflagrada pela Polícia Federal, que se tornou conhecida como Monte Carlo, que culminou posteriormente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada oficialmente no Congresso Nacional, dia 25 abril de 2012.

As notícias sobre a operação com envolvimento de parlamentares, empresários e mídia abasteceram a imprensa nacional, dos grandes e pequenos jornais, blogs as redes sociais, com uma explosão de informações e especulações, estabelecendo uma crise das representações partidárias, midiáticas, enfim políticas.

Como *corpus* foram pesquisados os semanários: *Veja*, *Carta Capital* e *Época*, com grande volume de informação durante todo o desenrolar dos acontecimentos, envolvendo parlamentares já conhecidos e com grande aceitação popular. São revistas noticiosas semanais que assumiram no Brasil protagonismo político. Para exemplificar,

³ Estória pelo fato de se tratar de uma narrativa, que em essência o narrador midiático faz suas escolhas para definição da realidade. Portanto, não poderia ser uma história, considerando a habilidade do pesquisador de se distanciar do objetivo pesquisado, relacionando os acontecimentos no tempo.

⁴ A formação de conhecimento dos indivíduos e do coletivo (opinião pública) passa pela organização noticiosa. Possivelmente, como analisa Robert Park vivemos num “presente especioso” (PARK, s/d, p. 175).

de acordo com Silva (2008), a “revista *Veja* como instrumento de dominação tem tido uma ação muito mais eficiente do que os demais partidos políticos formais. As revistas e jornais educam, ensinam a se comportar, desinformam sobre a realidade política”; enfim, constroem a realidade.

O recorte foi definido entre o dia do início das denúncias sobre a operação, em 2012, entre os dias 29 de fevereiro a 20 de abril, período de debate na opinião pública sobre a instalação da CPMI. Sendo analisadas três edições de Carta Capital, quatro de *Época* e mais quatro de *Veja*.

Os discursos das mídias, que embora advenha de uma origem polifônica social inicialmente, ao passar por seleção e dramatização, direciona-se para a formação de conhecimento social, de acordo com a enunciação. Por sua vez, a política é sempre um tema emblemático, considerando a sua importância para a organização sistêmica da sociedade. A rigor, “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem” (BOURDIEU, 2010. p.167), mas fundamental para se definir o chamado capital simbólico (2010, p. 188).

Ainda neste sentido, Michel Foucault, observa que há as “sociedades de discurso” (2008, p. 39-40), embora, deva-se advertir, com mudanças substanciais para os dias atuais dos enunciados em fluxo, em decorrência das novas tecnologias de informação.

Ainda mais, quando o leitor procura uma empresa jornalística, logicamente se está seguro da informação passada pelos jornalistas, profissionais e confiança na linha editorial do próprio meio de comunicação, com sua política e forma de linguagem elaborada, definida em negociação com o público. Em resumo, “o discurso é uma coconstrução coletiva co-participativa, interacionista” (MOTTA, no prelo, 2012).

Breve relato do Caso Monte Carlo

Essencialmente a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, teve início em Goiás, com a prisão de Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido no meio político como Carlinhos Cachoeira, um dos empresários do jogo de azar, com uso de máquinas de caça niqueis espalhadas especialmente por Goiás e Brasília. O caso, porém tem início em 2004, quando o ator principal desta estória, Cachoeira, é flagrado em vídeo, fazendo negociação com Waldomiro Diniz, assessor especial do ministro da Casa Civil, José

Dirceu, considerado um agente político importante, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. As verbas seriam direcionadas para caixa dois de campanhas petistas e cooptação de parlamentares com vistas à votação de projetos em favor do governo federal.

Passados oito anos o empresário é flagrado novamente em investigação da Polícia Federal em negociações com políticos, empresários, polícia estadual e federal⁵, na atividade de exploração de jogos de azar. Além disso, Cachoeira desta vez usava empresas, algumas de fachada para desviar verbas, outras para superfaturamento de obras públicas, aproximando-se de políticos objetivando seus negócios escusos, que envolvem vencer licitações nos estados e municípios, com cartas marcadas. Em troca os atores envolvidos recebiam recursos financeiros, substanciais, como é o caso do Senador goiano Demóstenes Torres (então do DEM), denunciado pela Polícia Federal com ampla cobertura da mídia.

A empresa Delta é que aparece com mais destaque nas investigações, a qual se torna ao longo dos anos, principalmente no governo Lula, uma das maiores construtoras brasileiras, com grande quantidade de obras executadas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os governadores que merecem destaque nas denúncias na agenda da mídia são o de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), com gravações feitas pela PF, que fazem referências diretas ao executivo estadual, além de aliado do senador Demóstenes Torres (DEM); e Agnelo Queiroz (PT), governador do Distrito Federal, o qual tem contrato com a empresa Delta em obras no DF. Por sua vez, membros do governo de Brasília aparecem em diálogo com o grupo contraventor, realizando negociação de cargos administrativos e licitações públicas.

A construção política das estórias

À medida que há o agendamento do caso, os meios de comunicação passam pela *disputa pela construção do enredo da estória*, pois está em análise a representação social, sendo que o governo federal assume uma parte no jogo, cujo partido de sustentação é o PT, com a liderança do ex-presidente Lula, que convive com a possibilidade de se deparar com o julgamento de outro caso político, o mensalão. Neste,

⁵ Envolvendo policiais, delegados e agentes do ministério público estadual, principalmente de Goiás, e federal.

entre os principais protagonistas está ex-deputado Roberto Jefferson (PTB) com denúncias, em 2005, contra a gestão Lula pelo uso de caixa dois para pagar parlamentares, visando aprovação de projetos emblemáticos do governo.

A operação Monte Carlo, na trama política em ano eleitoral, desperta a atenção da mídia, por envolver a oposição, formada por PSDB e DEM em essência, os mais implicados com Cachoeira. No jogo das representações públicas, entretanto, a expectativa dos opositores ao governo petista é de atingir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores.

Na narrativa das três revistas analisadas evidencia-se um quadro de uma espécie de *disputa ideológica pelo enredo público da estória*, de modo que as publicações se sucedem com seus enunciados, defendendo visão de mundo e de grupos políticos. E quanto mais o tempo se aproxima da data de definição de CMPI, a disputa pela imposição de discurso se intensifica. Avoluma-se o número páginas sobre a temática, de maneira a delimitar o espaço de poder na definição da realidade política de cada veículo pesquisado. Verifica-se uma relação entre uma maior atenção do público para o agendamento das notícias sobre o caso e a intensificação do discurso ideológico dos meios. Modo pela qual, cada narrador expõe seus personagens, a partir de sua visão de mundo e na busca de hegemonia discursiva. Em jogo, a confirmação de sua estória publicada, seguindo as marcas narrativas de sua enunciação.

Então, passamos às análises da pesquisa, levando em conta como categoria a observação do texto narrado, de acordo com o fio da estória, quanto ao posicionamento dos personagens na enunciação, além de sua performance apresentada pelo enunciador nas imagens dispostas nas páginas, das edições selecionadas; considerando lugares de destaque, quanto ao tamanho e discurso explícito ou implicitamente anunciado. Além da observação do uso de infográficos e títulos, cujas disposições didaticamente completem ou estruturam sua narração, retratando o discurso do narrador. Portanto, a organização dos protagonistas e antagonistas na narrativa, no sentido de conduzir o discurso, ganha importância na análise à medida que molda seus enunciados políticos, em busca da construção de realidade política e ideológica.

Época e seus capítulos discursivos

Para o narrador-revista *Época* a nação brasileira convive diariamente com os perigos que rondam suas instituições, os quais estão na iminência de ataques de grupos que querem se apoderar do controle da nação, no sentido de tirar proveitos políticos e econômicos. Sobre a operação Monte Carlo, o semanário já havia destacado o caso em 2004, quando um dos coadjuvantes da estória, Waldomiro Diniz, então assessor de José Dirceu na gestão Lula, foi flagrado em vídeo com Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Cachoeira, recebendo recursos para campanha, advindos de negociação com a Caixa Econômica Federal, referentes a jogos de azar.

O empresário volta ao crime, tendo ao seu lado para mais atividades ilegais seletivo grupo formado por políticos, senadores, governadores deputados e prefeitos, além de agentes da justiça federal e estadual; na sua maioria de Goiás e Brasília. No primeiro episódio, do dia 19 de março (p.32-33), o semanário apresenta Cachoeira com destaque, na página que abre a matéria com o dedo apontando para Demóstenes Torres (DEM), Rubens Otoni (PT), Marconi Perillo (PSDB) e Maguito Vilela (PMDB), os seus cúmplices nas atividades ilegais. Com o título “O bicheiro que assusta os políticos”, o narrador apresenta os personagens da nova trama a ser revelada, que envolve “do DEM ao PT” (19 de abril, 2012).

Inicialmente, o caso emblemático é a venda de uma casa de luxo, na qual foi preso o bicheiro, antes residência do governador de Goiás Marconi Perillo, como faz referência o narrador sobre matéria publicada pelo jornal diário *O Popular de Goiás*, da Organização Jaime Câmara, filiada da Rede Globo, conglomerado de mídia que edita *Época*. A rigor, a prisão do empresário “está tirando o sono de muitos políticos em Goiânia e Brasília”, revela o semanário (19 de abril, 2012).

A política é um jogo para o qual há “O legislador e o for da lei”, como ressalta o narrador em título da edição do dia 2 de abril, na sua segunda publicação sobre o episódio. O protagonista Demóstenes Torres, importante senador da ala conservadora da república, se associa a Cachoeira e usa o Estado em benefício do grupo contraventor, uma espécie de cérebro da organização, sendo cooptado pelas vantagens financeiras, como “mostrado pelo *Jornal Nacional*” (2 de abril, p. 39), o telejornal de maior audiência da Rede Globo, produzido pela empresa da tradicional família Marinho, casa também de *Época*.

A revista evidencia “a cara” do senador em página inteira, na segunda folha da reportagem, com olhar fixo no leitor, sendo levado ao escrutínio público. No texto, o narrador descreve a sua dupla identidade durante sua carreira política. Como integrante do grupo contraventor o senador goiano atuou por dentro da ANVISA, como lobista para aprovação de medicamentos produzidos em laboratórios de Cachoeira em Anápolis. “Época teve acesso a documentos” (2 de abril, 2012, p. 38). Ademais, as conexões promíscuas entre Cachoeira e Demóstenes, retratadas pelo Jornal *O Globo*, da mesma organização empresarial jornalística, assegura o narrador, evidencia o papel político desempenhado pelo senador da república.

Os personagens da trama política ganham destaque nas páginas 40 e 41, da edição, em uma espécie de jogo de números, com Cachoeira de um lado e o senador Demóstenes de outro, os fora-da-lei, entre eles vários políticos, empresários e policiais federais envolvidos no crime de contravenção. Porém, descreve o narrador, o senador goiano nem sempre se mostrou um protagonista do mal, pois foi um legislador hábil da oposição, e “aproveitou-se de um tradicional nicho moralista, propiciado pela secular presença da corrupção e da roubalheira na política brasileira” (2 de abril, 2012, p. 42). Com gosto refinado, o semanário o destaca como apreciador de música, “especialmente MPB e jazz” (2 de abril, 2012, p. 41), além de vinhos caros, um dos mais conhecedores da bebida entre os senadores brasileiros.

O discurso conservador e de oposição deu a ele longevidade na política de Brasília, pois outros ficaram menos tempo no poder, como foi o caso Jânio Quadros, que renunciou à presidência da República em 1961, depois de prometer varrer a corrupção; Fernando Collor de Melo⁶ governou apenas dois anos, cuja imagem era a de caçador de marajás, porém se tornou protagonista no desvio de verbas públicas na presidência; Outro exemplo é o do Senador Renan Calheiros, que fez uso de dinheiro de empreiteira para ajudar uma amante⁷, ilegalmente; depois obrigado a deixar o poder.

No Congresso, descreve o narrador, Demóstenes “ganhou notoriedade por seus discursos calcados na correção no serviço público, postura que o fez ser incluído na lista de Época dos 100 brasileiros mais influentes no ano de 2009” (2 de abril, 2012, p. 42). O semanário prossegue: “Poucos parlamentares fazem da ética a sua causa, menos ainda

⁶ Na época de sua eleição recebeu apoio da Rede Globo, tornando-se famosa edição do Jornal Nacional que permite a Collor de Melo vantagem, com tempo a mais, em desfavor a Luiz Inácio Lula da Silva. Outra estória.

⁷ Trata-se da jornalista Mônica Veloso, apresentadora de telejornais transmitidos pela Rede Globo.

são os ousados como Demóstenes. Tal ousadia lhe deu espaço na mídia, credibilidade, um segundo mandato como senador” (2 de abril, 2012, p. 42).

No terceiro episódio *Época* revela em título os propósitos do grupo de Cachoeira-Demóstenes: “O alvo deles era Dilma” (9 de abril, 2012, p. 40). O semanário obtém gravações “com exclusividade” de conversas entre os dois personagens, no qual o empresário contraventor mostra sua pretensão em ver o seu “amigo senador” no PMDB, da base aliada e de sustentação política da presidente de Rouseff (PT). O projeto não se materializa, no final, em função do temor do próprio Demóstenes de perder a cadeira para os Democratas, seu partido, por infidelidade partidária. Na estória de *Época*, o recuo do grupo não ocorreu por falta de interesse por parte da presidente Dilma Rouseff, mas estratégias políticas de momento.

O governador de Brasília, Agnelo Queiroz, do partido da presidente, está envolvido com negociações com a empresa Delta, que presta serviços no Distrito Federal. Em Goiás, a contravenção avançou com envolvimento do governador Marconi Perillo (PSDB).

Com o passar do tempo, aproximando a criação da CPMI no Congresso, na narrativa de *Época* surge um personagem importante na trama: a empresa Delta. Como descrito pelo narrador “A preferida do bicheiro”, com destaque no título na edição do dia 16 de abril (2012, p. 36), pivô de distribuição de verbas para políticos, lubrificando a engrenagem dos jogos ilícitos. Em forma de *flashback*, o narrador na sua estória descreve que a empresa começou timidamente em 1961 no Recife, fundada por Inaldo Soares, pai do engenheiro Fernando Cavendish, outro importante protagonista da narrativa. No governo Lula, entretanto, a partir de 2004, com o Programa de Aceleração do Crescimento, que o empreendimento ganha força e se torna uma das maiores construtoras do Brasil, com crescimento entre 2004 e 2011 de 862,4%.

A construtora Delta não se resume a prestação de serviço ao governo federal, mas tem ramificações em Goiás e Distrito Federal, além de Rio de Janeiro, Estado administrado pelo pemedebista Sérgio Cabral, aliado de confiança do palácio do planalto, de Lula e Dilma.

Com o acirramento do debate sobre o caso Operação Monte Carlo no Congresso Nacional e o personagem Demóstenes Torres cada vez mais desgastado, o semanário questiona na estória o destino do senador. Afinal, agora “Quem vai faturar em cima

dele?” é o título final desta narrativa antes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da edição do dia 16 de abril, 2012 (p. 40). No episódio, o semanário apresenta o seu discurso de fechamento do capítulo da trama. Por trás da CPMI de Cachoeira-Demóstenes está a luta política pela preservação de imagem dos principais personagens dos partidos brasileiros. Neste sentido, o PT se une à oposição para criar uma comissão para “investigar as relações do bicheiro Carlinhos Cachoeira com o poder, em especial com o senador Demóstenes Torres, ex-DEM” (16 de abril, 2012, p. 40) ⁸.

O partido de Lula e Dilma estrategicamente usa o escândalo para abafar o barulho de outro: o caso mensalão, no qual estariam 36 réus, “oito são políticos, dirigentes ou ex-dirigentes do PT. O mais conhecido é o ex-ministro José Dirceu, apontado como o chefe do esquema” (16 de abril, 2012, p. 40).

O narrador revela finalmente o fio de sua estória e as intrigas em torno do poder da representação social, pois, tudo não passa de vingança dos petistas contra os seus inimigos políticos. “O raciocínio petista é simples” (p. 41), sendo Demóstenes um dos maiores críticos do governo Lula e Cachoeira, este apontado como responsável pela gravação do vídeo que culmina com a abertura do mensalão, Monte Carlo se torna uma estratégia para envolver protagonistas do outro escândalo. Marconi Perillo estaria no rol dos personagens perseguidos pelos petistas, político que na época havia alertado Lula, na presença da mídia, sobre pagamento de mensalidade a parlamentares para aprovação de projeto do governo.

“A ideia petista, agora, é intensificar esse trabalho no terreno da imagem, explorando ao máximo as agruras de personagens como Demóstenes e Perillo. A comissão parlamentar serviria para isso” (p. 41). Poderá haver mortos e feridos por todos os lados, finaliza o narrador conduzindo para o final a sua estória.

Como análise, *Época* não expõe o seu discurso de maneira direta. Estrategicamente descreve seus enunciados a cada fragmento de estória, posicionando-se, uma espécie de capítulos que tenta convencer sua audiência. Constrói-se uma trama de maneira a formar a opinião do seu leitor, mas com aparência de objetividade, com descrição focada nos personagens protagonistas e antagonistas. Cada qual vai ganhando

⁸ O Parlamentar goiano aparece em imagem de meia página, caminhando sorridente sob o olhar indiferente dos companheiros no Senado.

suas características ao longo da narrativa, como se fosse um folhetim, quando se acrescenta uma nova abordagem que conflui para sua moral, ideias, no fio da narrativa.

Entretanto, apesar do discurso que envolve o governo petista nos episódios que sucedem, tornando-o antagonista, uma espécie de anti-herói, o narrador não revela seu propósito imediatamente. Em nenhuma reportagem publica imagens dos protagonistas petistas, associando-os com o grupo contraventor, no caso de especialmente de Lula ou Dilma, mas nas entrelinhas do texto desfere seus golpes, organizando sua estória, sua realidade, para o convencimento do seu leitor e opinião pública.

A sociedade democrática de Veja

A revista Veja usa de recursos de sentido para chamar a atenção do leitor de maneira efetiva nesta *luta pela ideologia da estória*, dentre eles está o enquadramento lúdico narrativo, que “constituem os modos através dos quais se cataloga e se vive a experiência da realidade” (MOTTA, 2007, p.3).

A descrição de sua estória sobre a operação Monte Carlo, no intervalo pesquisado, se passa em quatro episódios, sendo que o primeiro deles surge no dia 7 de março, na segunda semana, após a denúncia aparecer na mídia nacional, on-line, tornando-se o primeiro semanário analisado a destacar o assunto. No primeiro título: “Game Over”, ou seja, fim do jogo⁹, não para Cachoeira preso pela Polícia Federal e seu grupo, mas para Waldomiro Diniz, assessor especial de José Dirceu, que é condenado a 15 anos de prisão pela justiça, ao lado de Carlos Almeida Ramos, com dez.

Em *flashback* publica na matéria às imagens de vídeo, referente à negociação entre o então presidente da Loterj (loterias do Rio de Janeiro) e o contraventor. Entretanto, o protagonista, como pano de fundo do episódio é José Dirceu e o Partido dos Trabalhadores, do qual é uma das principais lideranças. A ação policial “representou o primeiro abalo à imagem de guardião da ética na qual o PT sempre se apoiou” (7 abril, p. 68).

O senador Demóstenes Torres é descrito como político próximo à Cachoeira, apanhado com quase 300 ligações em conversa com o empresário de jogos, de quem recebeu presentes avaliados em 30 mil Reais. Na narrativa, Torres se defende ao

⁹ Destaca-se aqui o enquadramento lúdico, como forma de chamar a atenção do leitor para um provérbio, que significa em jogos de games o seu fim, ou seja, xequ mate. O uso de efeitos de linguagem para envolver o leitor para sua narrativa, de forma a definir o olhar do espectador.

esclarecer que sua relação entre os dois tinha como objetivo “administrar uma crise conjugal entre amigos” (7 de abril, p. 68).

De fato, “O senador desce aos infernos”, destaca o narrador em título do segundo episódio da estória, no qual o parlamentar goiano está com a mão levada à cabeça em uma imagem que compreende $\frac{3}{4}$ da página de abertura da matéria, com aspecto que sinaliza estar entregue a condição de pego na ilegalidade. A “Estrela da oposição, intransigente defensor da ética e crítico ferrenho do comportamento dos colegas” (4 de abril, p. 76), Demostenes Torres tem sua condição mais delicada perante o grande público que o vê como “o mais ardoroso defensor da moral e dos bons costumes” (p. 76), portanto, “abrem-se para o congressista os portões dos mais profundos círculos infernais de Dante – os da fraude e traição” (p. 76).

Mas a investigação, descreve o narrador, “promete causar danos também em outras frentes” (p. 80), como nos governos de Brasília, do petista Agnelo Queiroz, e de Goiás Marconi Perillo (PSDB).

Numa espécie de resposta ao leitor, o semanário-narrador se antecipa a um provável questionamento sobre o envolvimento do semanário com os contraventores, e destaca em entretítulo trecho de uma conversa entre Cachoeira e um de seus sócios nos crimes: “O Policarpo nunca vai ser nosso”, numa referência ao jornalista Policarpo Júnior, um dos redatores-chefes de Veja e diretor da sucursal da revista em Brasília. Embora pego em mais de 300 ligações diretas do protagonista da contravenção, “Cachoeira foi fonte de informações de Policarpo – e de muitos jornalistas” (p. 80). Na conversa o empresário revela que o grupo precisa ter jornalista na mão. Mas “O policarpo nunca vais ser nosso ...” (p. 80).

Como o laço vai apertando em torno do assunto na mídia brasileira, o semanário da editora Abril, revela os “Laços financeiros” (11 de abril, 2012, p. 68), de Demóstenes Torres com a contravenção, no seu terceiro episódio. Descreve o narrador que o senador se perdeu no universo “mais comum” da política, “quando o político, para se eleger, assume tantos compromissos que acaba se tornando um serviçal de interesses muitas vezes inconfessáveis” (p. 68). Contudo, “nos últimos anos foi exemplo de combatividade e dignidade” (p. 68).

Se durante o período equivalente a mais de um mês de narrativas sobre o caso Monte Carlo o semanário paulista preencheu sete páginas com sua estória, na semana

que antecede a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)¹⁰ no Congresso Nacional, Veja dedica oito páginas ao quarto episódio para descrever, enfim, o pano de fundo da trama, que envolve o escândalo e as intrigas políticas da narrativa.

A operação da Política Federal esconde a estratégia dos petistas, coordenados pelo ex-presidente Lula para retirar as luzes sobre um dos maiores escândalos políticos do país, o mensalão, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, antes do sufrágio universal, que deverá culminar com perda política para o Partido dos Trabalhadores. Desta forma, os petistas usam de seus artifícios para atacar a imprensa que denuncia o caso, bastião da independência partidária. O caso Monte Carlo, portanto, se faz uma estratégia eleitoral que evidencia o grupo petista, seguindo paradoxalmente em tempos modernos a “cartilha stalinista do passado, de fazer valer as versões sobre os fatos, transmutar culpados em inocentes e claro, apontar bodes expiatórios como responsáveis pelas próprias misérias morais que eles infligiram ao país” (18 de abril, 2012, p. 78).

Descreve o narrador na página de abertura do texto: “Eles querem apagar o mensalão” (p.78-79), sendo que o presidente da Câmara dos deputados, o petista Marco Maia com a mão direita levantada tenta apagar a palavra “mensalão” – destacada na cor vermelha. Acima na mesma página aparece o presidente do partido Rui Falcão, acompanhado da legenda: “CARTILHA STALINISTA Rui Falcão, presidente do PT e Marco Maia, presidente da Câmara: para tentar apagar os crimes cometidos por petistas no mensalão, a ordem é mentir até parecer verdade” (p. 79).

Nas duas páginas seguintes numa espécie de uma figura em forma de átomo, tendo como núcleo Cachoeira, e em torno dele seus “amigos” da contravenção: Demóstenes, Perillo, Agnelo e o deputado do PC do B, Protógenes Queiroz. Nas páginas 82 e 83 (18 de abril), numa imagem em preto e branco, envelhecida e em forma de flashback o narrador destaca o mensalão, para finalmente nas duas últimas páginas aparecem os ministros do STF, com dizeres sobre definição do período para início do julgamento do caso.

Uma narrativa construída na linha do tempo, com imagens que demonstram os reais motivos da criação da estória petista sobre a operação Monte Carlo, que envolve inclusive membros do PT, como o governador Agnelo Queiroz. A rigor, “quando governos se arvoram a ‘purificar’ seja o que for – a população, a imprensa ou a

¹⁰ CPMI que foi oficialmente instalada no dia 25 de abril de 2012.

literatura – estão abrindo caminho para o totalitarismo” (p. 85), observa o semanário, definindo sua moral na narrativa.

Em essência o narrador, ao longo do tempo, acompanha os fatos que se formam na esfera pública, entretanto, organiza sua própria estória posicionando seus personagens no sentido de evidenciar seus enunciados, conforme sua posição política. Seu objetivo é marcar sua moral e ética e é neste sentido que define o seu papel enquanto mediador social da informação. Narrativamente constrói o discurso de fundo e o fio da estória, fazendo uso de suas fontes-protagonistas de sua trama ao longo do tempo, salvaguardando-os contra os antagonistas que surgem.

Comparativamente, *Época* e *Veja* evidenciam argumentos muito parecidos na direção da moral e definição da ordem social conservadora, para a qual se apresentam como suporte de uma sociedade democrática e vigilante sobre os desígnios políticos. Para uma simples coincidência com a realidade.

Contraponto discursivo de Carta Capital

A estória descrita por *Carta Capital* ocorre efetivamente em três episódios, de maneira intensa em três semanas consecutivas, que antecedem a definição de abertura da CPMI no Congresso. A narrativa do semanário, compreendendo 18 páginas, apresenta aos leitores com clareza os seus protagonistas e antagonistas e os cenários dos conflitos, elegendo a defesa do julgamento do caso cachoeira, posição similar a dos políticos petistas, e evita o agendamento do mensalão, cuja visibilidade do escândalo interessa aos opositores do governo federal. Na estória de *Carta Capital* Marconi Perillo (PSDB) e Demóstenes Torres (DEM), são os personagens principais da representação pública ligados ao anti-herói, o empresário-contraventor Carlos Cachoeira.

No primeiro episódio da revista ocorre somente no dia 4 de abril, sexta semana, depois da primeira publicação na mídia brasileira sobre o assunto, um mês após revista *Veja* dar destaque ao fato em páginas internas. Na capa da edição o narrador descreve no título: “O Crime domina Goiás” (4 de abril, 2012), com imagem do senador, governador e empresário com aparência de assustados e inertes. Internamente revela no título da matéria: “O Crime no Poder” (p. 20), com referência a Marconi Perillo, com ligações diretas com o grupo contraventor, que “mandava e desmandava no Estado” (p. 20).

O protagonista da trama Cachoeira mantém contatos permanentes com o governador, inclusive com direito à indicação de funcionários públicos que prestam serviços à administração. Demóstenes Torres seria o meio de ligação entre os contraventores e Perillo, sendo que a secretária do governador, Eliane Pinheiro, tinha conversas constantes com Cachoeira e pessoas ligadas ao grupo. O narrador relata matéria publicada no jornal o Globo, sobre interceptações telefônicas da Polícia Federal, com conversas entre Demóstenes e Cachoeira. À disposição da dupla, aparelho de telefone adquirido nos Estados Unidos, no valor de 3 mil Reais a peça da marca Nextel, com o objetivo de evitar grampos.

O narrador descreve a condição difícil de Demóstenes com base em publicação de reportagem veiculada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, na qual adianta que o parlamentar estaria “morto politicamente” (p. 24), devido às evidências de envolvimento com a contravenção.

No segundo episódio, edição do dia 11 de abril de 2012, o semanário relembra da atuação dos protagonistas Demóstenes Torres e Marconi Perillo, servindo aos interesses da contravenção com uso de dinheiro público para contratação ilegal de empresas pertencentes ao grupo de Cachoeira. O alvo seria o reforço do setor de segurança pública, um dos principais tentáculos do grupo.

A hegemonia no poder de Goiás passa pelo sistema antigo e autoritário da censura aos órgãos de imprensa, como é caso da compra de lotes da revista que chegam às bancas no Estado, denunciando o governador. O envolvimento de Perillo se torna cada vez mais evidente, diante do envolvimento de sua secretária, como revelado em primeira mão pelo jornal goiano O Popular, em negócios ilícitos em outra operação a Apaté da Polícia, como consequência de fraudes tributárias, no ano anterior.

Mas o envolvido na contravenção chega à Brasília e atinge diretamente jornalista da revista Veja e, com efeito a Editora Abril. “Consta que Cachoeira e sua turma de arapongas tenham trocado mais de 200 ligações com Policarpo Júnior” (p. 23.), diretor da sucursal da revista. Mais adiante, descreve o narrador, “incrível coincidência entre os mais recentes escândalos da República divulgados nas páginas de Veja e a atuação da quadrilha” (p.24).

Em *flashback* o semanário volta na linha do tempo, onde começou o escândalo do mensalão, com vídeo gravado por pessoas ligadas a Cachoeira e entregue a Policarpo

Júnior, então, o estopim do caso. Carta Capital enumera outros fatos publicados pela revista da editora Abril, com ajuda da quadrilha: com o caso dossiê anti-Serra, feitos pela campanha de Dilma para atingir o concorrente nas eleições nas presidenciais de 2010. Além da gravação do petista José Dirceu que se reúne com ministros e políticos em quarto de hotel no DF, com atuação na administração federal.

No terceiro episódio da trama, do dia 18 de abril, 2012, a estória do semanário torna-se mais intrincada, pelo fato de haver maior tensão no espaço público em decorrência do volume de informações sobre o caso Monte Carlo e seus personagens envolvidos, cuja dramaticidade atinge grande parte da mídia nacional, posicionando ideologicamente sobre o assunto. Como se pode observar nas publicações analisadas anteriormente.

Na disputa pela construção ideológica na narrativa, o semanário no fio da estória apresenta suas intrigas e dispõe os personagens na trama. Assim, descreve, o que caminhava para uma cobertura apenas sonolenta do mensalão do PT, no STF, se configura como um amplo debate na mídia, com participação efetiva de jornalista “mancheteiros, editores e colunista” (p. 24), retomando seus postos com a proximidade da CPI do Cachoeira.

O personagem Demóstenes sai de cena, diante de sua condição complicada no caso, mas Perillo ganha espaço nos meios favoráveis à oposição, diferentemente dos demais envolvidos, sobretudo, os petistas Agnelo Queiroz e Rubens Otoni. Entretanto, revela o narrador, os fatos dão conta que o governador de Brasília está envolvido com o grupo contraventor, como denúncia do Jornal Nacional contra ex-chefe de gabinete Cláudio Monteiro, pego em conversas com Dadá, um dos membros do grupo de Cachoeira, sobre nomeação de cargos na estatal de coleta de lixo. Ainda mais, investigação da construtora Delta pode chegar ao governo, como revelado pelo site do Jornal do Brasil.

O Jornal Estado de S. Paulo, por sua vez, tenta envolver o deputado Protógenes Queiróz, que inicia processo de instalação de CPI, diante de suas relações com membros da quadrilha na Operação Satiagrahas, em 2008. “Uma das tantas balas perdidas” (p. 30). Mas de fato, a CPI do Cachoeira fará fumaça no caso mensalão, sobretudo, na mídia que se revela envolvida na defesa da oposição, como é o caso de Veja, que poderá ter de se explicar a proximidade do jornalista Policarpo Júnior com o grupo

contraventor. Desta maneira, a comissão deverá incluir setores privados e da mídia. O petista Marco Maia, presidente da Câmara, “negou haver algum temor dentro do governo em relação aos rumos da investigação” (p. 31), que pode atingir o governo de Dilma Rousseff.

Na página final do episódio, o narrador evidencia a capa de mídias do Rio de Janeiro, no caso Jornal o Globo; e de São Paulo, Folha e o Estado de S. Paulo, com discurso favorável à oposição, na busca de evidenciar o mensalão, em detrimento da CPI do Cachoeira. Certamente, diria o narrador, pura abstração da realidade.

Em resumo, a estória de Carta Capital difere das outras revistas analisadas, quanto à organização de seus personagens na trama, de modo a transparecer seu posicionamento favorável à instalação da CPI do Cachoeira, desfocando sua atenção à outra comissão, a do mensalão, esta desfavorável ao governo federal.

Entretanto, neste embate, evidencia um diálogo com outras mídias no sentido de construir sua própria narrativa, ora reconhecendo as denúncias da oposição ao governo petista, mas com argumentos que permitem evitar o constrangimento aos seus protagonistas, de acordo com o seu discurso. No pano de fundo está sua disputa ideológica com a revista Veja, abertamente, um contraponto aos argumentos definidos pelo grupo da Editora Abril, de oposição à administração federal. Na opacidade discursiva vai construindo o seu discurso, conforme suas relações políticas e posição ideológica, ética e moral.

Conclusão

Nas estórias narradas evidencia-se o posicionamento ideológico dos semanários na construção da realidade, conforme suas prerrogativas discursivas. Os argumentos são delineadores da atuação de seus protagonistas e antagonistas, conforme definição dos enunciados, de maneira que o leitor passa a conceber sua visão de mundo sobremaneira a partir destes referenciais. Os enunciados segue uma sequência de princípios, que inicialmente são tratados objetivamente pela pura exposição dos fatos, mas que vai sendo instrumentalizado para determinado fim, por si, mesmo.

Há uma negociação com o público leitor, lúcido ressaltar, todavia com a tentativa de convencimento da incoerência de outros argumentos discursivos, revelando as intrigas e a posição de seus personagens protagonistas e antagonistas. Entretanto,

num negociação que envolve as diferentes mídias, porém estreitando-se cada uma para o seu foco narrativo, ordenando para suas matrizes ideológicas de consenso dentro do espaço político social. De fato, levando-se em consideração o que a sociedade compõe em seu imaginário, mas influenciando-o diretamente.

No fio da narrativa define-se a posição de seus protagonistas que nem sempre são apenas heróis ou vilões, mas se organizam em função da circunstância ideológica da trama, com a sua ordenação. Na disputa que resulta na falta de transparência discursiva, a narrativa dos semanários se constrói, mesmo que, no final, culmine em prejuízos para o conhecimento da sociedade sobre os acontecimentos, que dizem respeito ao seu espaço de vida.

A rigor, como se podem notar nas estórias analisadas dos semanários brasileiros, as referências sobre outros meios revelam o reconhecimento do lugar da comunicação mediada na formação da opinião pública, a qual depende da leitura das estórias para formação de seu próprio planejamento na escolha das representações.

Em resumo o mundo do poder político passa pelas narrativas que formam estórias, muitas vezes entrelaças se estruturam na discursividade para um sistema de hegemonia (matriz) de pensamento, independentemente dos seus protagonistas da trama, mas concernente principalmente com a capacidade da enunciação midiática.

Bibliografias

- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 14^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 16^a ed., São Paulo: Loyola, 2008.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da Narrativa*. No Prelo, 2012.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos Lúdico-Dramáticos no jornalismo. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, julho/dezembro 2007.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Narratologia: teoria e análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2005.
- PARK, E. Park. A Notícia como Forma do Conhecimento. IN: STEIBERG, Charles (org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- PORTO, Sérgio Dayrell. *Análise de Discurso: o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada*. Brasília: Casa das Musas, 2010.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. *O “Admirável Mundo” de Veja: influências Sociais de uma revista de informação*. *Historia Actual Online*, n. 15, p. 89-105, Febrero 2008.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.